

Constituição de um discurso fantasmático em torno das escolas cívico-militares e a disputa por uma política curricular conservadora

Viviane Peixoto da Cunhaⁱ

Raphael Gualter Peixotoⁱⁱ

Resumo

Em julho de 2023, após o governo Lula encerrar o fomento ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim - Decreto nº 11.611/2023), governos locais anunciaram que criariam programas próprios e expandiriam a oferta de escolas cívico-militares em seus contextos. Neste artigo, examinamos como o movimento em prol da militarização da educação básica se sustenta e avança, disputando uma política curricular conservadora. Com base na Teoria do Discurso (Laclau e Mouffe, 1985) e na lógica da fantasia (Howarth e Glynos, 2007), analisamos documentos oficiais e o movimento nas redes sociais, explorando o papel que a “fantasia” desempenha na estruturação dos desejos e percepções dos apoiadores, à medida que articulam valores militares e qualidade educacional. Concluimos, considerando as contribuições da perspectiva pós-estrutural para pesquisar o avanço dos novos jogos políticos na educação.

Palavras-chave: escola cívico-militar; política curricular conservadora; teoria do discurso; lógica da fantasia.

The constitution of a phantasmatic discourse around civic-military schools and the dispute for a conservative curricular policy

Abstract

In July 2023, after the Lula government ended funding for the National Program for Civic-Military Schools (Pecim - Decree No. 11,611/2023), local governments announced that they would create their own programs and expand the availability of civic-military schools within their contexts. In this article, we examine how the movement to militarize basic education is sustained and advances by promoting a conservative curricular policy. Based on Discourse Theory (Laclau and Mouffe) and the logic of fantasy (Howarth and Glynos), we analyze official documents and the movement on social media, exploring the role that "fantasy" plays in shaping the desires and perceptions of supporters as they articulate military values and educational quality. We conclude by considering the contributions of the post-structural perspective in studying the advancement of new political games in education.

Keywords: civic-military school; conservative curricular policy; discourse theory; logic of fantasy.

ⁱ Doutora em Educação. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. E-mail: vivianegpeixoto@yahoo.com.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9444-5750>.

ⁱⁱ Doutor em Educação. E-mail: gualter.raaphael@gmail.com – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1128-7767>.

La constitución de un discurso fantasmático en torno a las escuelas cívico-militares y la disputa por una política curricular conservadora

Resumen

En julio de 2023, después de que el gobierno de Lula puso fin a la financiación del Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim - Decreto nº 11.611/2023), los gobiernos locales anunciaron que crearían programas propios y expandirían la oferta de escuelas cívico-militares en sus contextos. En este artículo, examinamos cómo el movimiento a favor de la militarización de la educación básica se sostiene y avanza promoviendo una política curricular conservadora. Basándonos en la Teoría del Discurso (Laclau y Mouffe) y en la lógica de la fantasía (Howarth y Glynos), analizamos documentos oficiales y el movimiento en redes sociales, explorando el papel que la "fantasía" desempeña en la estructuración de los deseos y percepciones de los seguidores, a medida que articulan valores militares y calidad educativa. Concluimos considerando las contribuciones de la perspectiva posestructural para investigar el avance de los nuevos juegos políticos en la educación.

Palabras clave: escuela cívico-militar; política curricular conservadora; teoría del discurso; lógica de la fantasía.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do avanço representado pela decisão de âmbito federal de encerrar o fomento ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) — Decreto nº 11.611/2023 —, alguns governos locais anunciaram que iriam mantê-lo e até mesmo criar novos programas para ampliar a oferta desse modelo de escola em seus contextos. Isso porque a continuidade do processo de militarização passou a ser anunciada como uma decisão autônoma de cada ente federado, o que, na prática, dada a conjuntura política impulsionada pela “nova direita”, tem reiterado sua expansão em várias redes públicas de ensino.

Neste texto, argumentamos que a **disputa por uma política curricular conservadora** se caracteriza no Pecim, na medida em que ele prevê a presença de militares no ambiente escolar com o intuito de não apenas promover a suposta “ordem” e “segurança escolar”, mas também intervir diretamente na formação dos alunos, por meio da realização de projetos educativos com vistas à difusão de valores morais e cívicos. Conforme sustentado por seus apoiadores, “a escola ganha o ‘reforço’ de militares: coordenadores de gestão e monitores que se encarregam de cuidar da gestão da escola, de melhorar a disciplina dos alunos e de promover o civismo” (Brasil, 2023c, p. 5).

De acordo com o *Relatório Paralelo sobre a Situação de Crescente Militarização da Educação Básica*, publicado pela Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação em 2023:

Sem uma decisão sobre a inconstitucionalidade do fenômeno, somada à omissão da União federal em restringir a modalidade fazendo uso de seu poder normativo, há fortes indicações de que a militarização seguirá em expansão no País. No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), está em curso a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.791, que discute a temática (p. 4).

O Pecim foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Defesa, durante o governo de Jair Bolsonaro e no contexto de “hipermilitarização do Estado” (Fábia Alves *et al.*, 2023). O programa, estabelecido pelo Decreto n. 10.004/2019, foi implantado em unidades escolares públicas de ensino regular que ofereciam as etapas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e que possuíam baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e alunos em situação de vulnerabilidade social.

Veiculou-se no programa a promessa de garantir um modelo de gestão de excelência para as escolas a partir da intervenção dos militares e estabeleceu-se como meta implantar o modelo em 216 escolas até 2022. Os objetivos traçados foram:

- I. Promover a melhoria da qualidade do ensino;
- II. Desenvolver a disciplina, o respeito e a responsabilidade entre os alunos;
- III. Garantir a segurança e a ordem no ambiente escolar;
- IV. Contribuir para a capacitação humana e cívica dos alunos;
- V. Promover um ambiente escolar acolhedor e inclusivo;
- VI. Incentivar a participação da comunidade escolar na construção de um ambiente educativo saudável (Brasil, 2021, p. 3).

Antes da implantação do Pecim, o país já contava com um número de escolas públicas regulares que haviam formalizado mecanismos de gestão compartilhada com as instituições militares. O fenômeno da militarização das escolas no contexto brasileiro emergiu na década de 1990, sob a iniciativa de alguns governos locais que tiveram o combate à violência como a principal justificativa, especialmente nos estados de Goiás, Distrito Federal, Roraima, Pará, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Tocantins, Sergipe e Piauí (Ricci, 2018).

No entanto, de acordo com um recente estudo realizado pela Rede Nacional de Pesquisa sobre a Militarização da Educação (RePME), é no contexto de crise política brasileira instalada desde 2013 que o crescimento do número de escolas militarizadas se intensificou no Brasil, com registro, em 2023, de 816 escolas com esse modelo. Em 2013, o país contava com 39 escolas militarizadas. Até 2017, eram 203 escolas criadas por meio de decretos (Andes, 2020, p. 39).

Com o Pecim, entre 2019 e 2022, o fomento das Forças Armadas e o apoio técnico do MEC alcançaram 216 escolas regulares, que passaram a adotar um modelo específico que buscava, entre outras finalidades, padronizar a militarização da educação no Brasil. As demais escolas cívico-militares inauguradas nesse período foram vinculadas a programas estaduais específicos ou amparadas com recursos das gestões locais na configuração de escolas autofomentadas. Essas escolas caracterizam-se “pela utilização do modelo previsto no programa federal, porém sem recebimento de recursos específicos do Ministério da Educação” (Brasil, 2021, p. 54).

Esses dados mostram um aumento de quase 21 vezes em relação a 2013 e sugerem que o Pecim teve um papel de disseminação da militarização, que foi além da adesão direta ao programa (Santos *et al.*, 2024). Vale destacar que o movimento em prol da militarização das escolas foi uma das pautas centrais dos enfrentamentos na educação que levaram Bolsonaro à Presidência da República. A suposta relação entre a melhoria da qualidade educacional e esse modelo de escola ocupou um espaço privilegiado, tornando-se hegemônica entre os apoiadores a ideia de que uma intervenção militar na escola seria necessária (Cunha e Lopes, 2022).

Neste artigo, mostramos como tal movimento se sustenta e avança disputando uma política curricular conservadora, na medida em que tenta instituir um ordenamento educacional associado às demandas ultraconservadoras, reacionárias e ultraliberais. Com base na Teoria do Discurso (Laclau e Mouffe, 1985) e na lógica da fantasia (Howarth e Glynos, 2007), destacamos os investimentos afetivos mediados pela fantasia dos apoiadores da militarização, que defendem um currículo específico para a escola. Sugerimos refletir sobre as características do movimento em prol das escolas cívico-militares e também sobre como e por que ele existe, bem como de que modo se sustenta, fixando e engajando os sujeitos nessa luta.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, fornecemos um relato de como e por que a institucionalização do modelo cívico-militar tem se tornado uma meta para alguns governos locais, procurando identificar o caráter particular e situado dessa opção em diferentes estados e as condições que a favoreceram. Foram considerados os sentidos produzidos em torno do Pecim, que estão sendo capazes de criar um determinado contexto, e as negociações, ainda em curso, com diferentes demandas. Na segunda, abordamos o papel que a “fantasia” desempenha no surgimento e na sustentação do movimento e do apoio à militarização das escolas. Na terceira, mostramos os efeitos que o movimento produz na disputa pela significação de uma política curricular conservadora. Por fim, tecemos comentários finais, discorrendo sobre as contribuições da perspectiva pós-estrutural para pesquisar o avanço dos novos jogos políticos na educação.

2 A REVERBERAÇÃO DO MOVIMENTO EM PROL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NOS ESTADOS BRASILEIROS

Um dos argumentos dos que se antagonizam com a decisão de desmilitarização da educação por parte do atual governo federal é o de que o modelo apresentou um bom desempenho na melhoria da qualidade educacional, priorizando as camadas socialmente mais vulneráveis. Durante a escrita deste artigo, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 3568, de 2023, que representa o contra-ataque para fazer avançar uma agenda conservadora na educação. De acordo com os autores do projeto, o objetivo é “dar maior estabilidade na manutenção de um modelo exitoso, cuja adoção não pode depender de ideologia de governo e, sim, ser uma política pública de Estado” (Brasil, 2023c, p.7).

Além disso, em dezembro de 2023, foi instalada uma Frente Parlamentar em Defesa das Escolas cívico-militares, com o objetivo de apoiar, fortalecer e incentivar esse modelo de ensino nos níveis municipal, estadual e federal.

Em discurso, o deputado Zucco (Republicanos/RS), presidente da Frente, declara:

Estamos deixando à disposição de todos os presentes o modelo de legislação municipal e estadual, e uma Norma Geral de Ação (NGA), para que os gestores possam implantar o modelo cívico-militar. Nossa frente parlamentar será um facilitador para multiplicar essa experiência exitosa. Vamos trabalhar diuturnamente para ampliar ainda mais esse modelo. Mais crianças cantando o Hino Nacional, respeitando professores e

colegas, fortalecendo princípios e valores e proporcionando um ótimo ambiente escolar de aprendizagem” (Santos, 2023).

No gráfico abaixo, tal disputa também pode ser identificada no posicionamento dos governos estaduais após se encerrar o fomento ao Pecim.

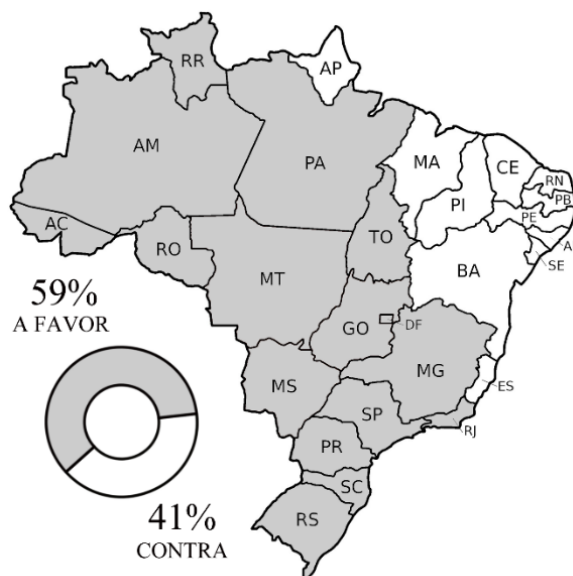


Gráfico 1 - Posicionamento dos estados brasileiros após o governo federal encerrar fomento ao Pecim
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Sob a promessa de manter, expandir ou criar os próprios projetos de militarização escolar, estão eles: São Paulo, Rondônia, Acre, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. Os pronunciamentos das autoridades locais foram diversos:

Nós já tivemos o cuidado de transformar esses colégios cívico-militares em colégios militares do nosso estado. Esse processo já foi decidido por nós, porque sabemos a eficiência dos colégios. **Então, não muda nada, está tudo resolvido.** Goiás sai na frente (Paulo, 2023).

Fui aluno de Colégio Militar e sei da importância de um ensino de qualidade e como é preciso que a escola transmita valores corretos para os nossos jovens. O governo de São Paulo **vai editar um decreto para regular seu próprio programa de escolas cívico-militares e ampliar unidades de ensino com este formato** em todo o estado (Tarcísio de Freitas, 2023)¹.

Dentre os estados brasileiros que não se manifestaram favoráveis, estão: Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Todavia, embora a militarização das escolas não esteja sendo impulsionada nesses estados, isso não elimina os jogos políticos que se constituem em alguns de seus municípios que sustentam a expansão do modelo cívico-militar com apoio do Estado.

Grande parte dos governos estaduais que mantiveram e expandiram a militarização estão explicitamente alinhados com o espectro político da direita, centro-direita e/ou são afins ao movimento bolsonarista. Todavia, com Mouffe (2015), consideramos que a manifestação da pluralidade política extrapola a tarefa analítica de posicionar e fixar de uma vez por todas os sujeitos a priori da luta política, pelo uso dos termos como esquerda-direita, conservador-progressista. Ponderamos que o processo de identificação política agrega uma dimensão afetiva, como uma força motriz, para além dos meros interesses e da razão.

Nesse sentido, a militarização tem conseguido afetar as percepções dos indivíduos e tem promovido engajamentos em defesa da reinstalação de valores autoritários na escola. Ao se constituir um movimento antagônico às demandas do suposto marxismo cultural e sob a promessa de promover a tão desejada qualidade educacional, tem tornado possível a equivalência (Laclau, 2013) entre demandas conservadoras, neoliberais e militares em diferentes contextos. No atual cenário, com a militarização, a prerrogativa da busca pela qualidade da educação, tão disseminada na reforma educacional da década de 1990, tem sido articulada aos deslumbraamentos que vão ao encontro das demandas da população quanto à violência enfrentada no ambiente da escola pública, à melhoria de condições de trabalho do professor e à preservação de valores morais conservadores.

Nessa perspectiva, a opção teórico-estratégica pós-estrutural da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985), que assumimos neste texto, nos permite compreender que o processo de militarização não se define por um discurso pré-determinado. Ela foi – e continuará sendo – traçada (discursivamente) por determinadas condições contingenciais, permitindo que múltiplas diferenças pudessem – e possam – ser articuladas provisoriamente para sustentar sua hegemonia.

O Pecim estimulou a criação de leis estaduais e as negociações políticas em curso mostram o caráter particular e situado, bem como as condições que vêm favorecendo a difusão dessas demandas em dadas relações de poder que têm desenvolvido formas diferentes de significar a militarização.

No caso do Paraná, o governador Carlos Massa Ratinho Júnior (PSD), tem liderado a expansão das escolas cívico-militares e reflete uma adesão vigorosa às propostas da agenda da extrema-direita na política educacional. O Programa Colégios Cívico-Militares (PCCMs), instituído pela Lei n.º 21.327/2022², foi impulsionado junto ao Secretário de Educação, Roni Miranda, e apoiado por figuras militares influentes. Antes do Pecim, 194 colégios já funcionavam com a gestão compartilhada no Paraná. A partir de 2024, o Estado passou a contar com 312 escolas na modalidade. Destas, 106 aderiram ao modelo a partir de consultas públicas feitas com a comunidade entre novembro e dezembro de 2023, ou seja, após o anúncio de não fomento ao Pecim, despontando que o estado, além de não descontinuar o modelo, ampliou o quantitativo de colégios vinculados à rede estadual, além de migrar as 12 escolas criadas e mantidas com o fomento federal, para o programa estadual.

Em entrevista concedida à CBN pelo governador, em julho de 2023:

Não se pode colocar ideologia dentro do ensino. O Paraná é o estado que mais tem escola cívico-militar. Já anunciei que vamos aumentar para 400. [...] Recentemente **ajustamos algumas demandas referentes ao salário para ser mais atrativo para o policial aposentado**", complementou. Ratinho Junior também citou que **o Estado alcançou a maior nota do Brasil no Ideb e que um dos objetivos é fazer do modelo estadual o melhor da América do Sul.** Não estamos discutindo ideologia, mas metodologia. Estamos aplicando tecnologia, ampliando o programa de merenda, incorporando novas estratégias educacionais, replicando aquilo que deu certo nos países mais avançados do mundo. Esse é o modelo que queremos" (Pessoa, 2023).

Já em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), juntamente com o deputado estadual Tenente Coimbra (PL), tem articulado a promoção desse modelo de escolas no estado, desde seu projeto de campanha. Em 28 de maio de 2024, o governador sancionou a Lei 1.398, que institui o Programa Escola Cívico-Militar na rede paulista de ensino. A audiência pública sobre as escolas cívico-militares na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) foi marcada por tensão entre os manifestantes. Segundo o governo do estado, ao todo, 300 escolas (municipais e estaduais) manifestaram interesse em

implantar o programa estadual. Em agosto deste ano, foi iniciado o processo de consulta, quando o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu temporariamente o programa, alegando sua inconstitucionalidade. No entanto, em novembro, a decisão do TJ-SP foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando o governo a implantação do programa estadual (até que o debate e julgamento sobre a discussão sobre a constitucionalidade do modelo das escolas cívico-militares aconteça na instância competente). A expectativa dos formuladores é, portanto, dar andamento à proposta e iniciar implantação com 45 unidades educacionais da rede.

No Rio Grande do Sul, que tem 69 escolas cívico-militares, 46 são escolas municipais que participam de um programa estadual (Programa Mais Efetivo). Este programa designa servidores da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros para atuarem como monitores nas escolas. Entretanto, não chega a propor um formato. As outras 23 escolas participaram do Programa de Escolas Cívico-Militares (Pecim), encerrado pelo governo federal. Com objetivo de resguardar o modelo no estado, também em 2024 a Lei 16.128 foi sancionada pelo governador Eduardo Leite (PSDB) autorizando a instituição do Programa Estadual de Escolas Cívico-Militares. A legislação é de autoria do deputado estadual e delegado Zucco (Republicanos).

Contudo, assim como em São Paulo, a Advocacia Geral da União (AGU) avalia como inconstitucional a lei das escolas cívico militares, apontando que a legislação estadual ultrapassa os limites da competência dos estados ao criar um modelo educacional que não é contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nem pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Esses cenários e outros são atravessados ainda pela privatização na educação que, por meio de parcerias e articulações com o setor privado o coloca responsável pela administração e pela definição do conteúdo educativo na forma de formação de professores, produção de materiais pedagógicos, entre outros (Rikowski, 2017). Instituições privadas, como a Atena Ensino Cívico-Militar³ e Defenda PM⁴ que se nomeiam especializadas em oferecer consultoria na implantação e execução do ensino cívico-militar, seja em instituições de ensino públicas ou privadas refletem a racionalidade do neoliberalismo e o quanto este sistema preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas (Brown, 2019).

Além disso, o diagnóstico neoconservador de que a crise educacional é fruto do abandono de determinados valores tradicionais, ou seja, uma crise moral, reforça a ideia neoliberal de que o culpado é o Estado uma vez que sua intervenção na promoção de políticas assume o “lugar da família, da igreja e da comunidade” (Moll Neto, 2015). Nessa direção, o objetivo é tirar das mãos do Estado tal tarefa.

Outra associação que também vem ocupando esse espaço é a Associação Brasileira de Educação Militar (Abemil), presidida pelo deputado federal, capitão Davi (PL). Diferentemente das consultorias citadas anteriormente, a Abemil atua na disseminação da proposta a prefeitos e vereadores, incitando-os a elaboração de projetos de lei necessários para a militarização das escolas. Com a propaganda “Quer a Abemil na sua cidade?”, promete fazer “visitas técnicas periódicas com o objetivo de capacitar o corpo militar e apoiar a equipe didático-pedagógica-administrativa das escolas” (Abemil, s.d.). É ainda responsável pela certificação das escolas cívico-militares prevista no Pecim que as classifica em (nível básico, intermediário e avançado) sob o argumento de “estimular uma saudável competição entre os participantes da avaliação” (Brasil, 2022, p.76). No último dia 31 de outubro, ocorreu uma cerimônia de certificação das escolas, o que mostra o quanto a proposta do Pecim se encontra ativa e engajando os esforços da comunidade escolar no alinhamento de uma proposta, que supostamente deveria ser descontinuada.

Como tem se dado a sustentação do apoio à militarização da educação?

3 O PAPEL DA “FANTASIA” NA SUSTENTAÇÃO DO APOIO ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

A Teoria do Discurso, nos termos de Mouffe e Laclau (1985), se coloca como estratégica para interpelar o social, enquanto uma arena de disputas políticas em sua busca pela fixação de sentidos. Baseada na análise das aspirações, principalmente dos novos Movimentos Sociais à época, a obra de Laclau e Mouffe (1985) buscou formular uma abordagem política democrática “radical e plural” a partir da desconstrução⁵ do pensamento marxista - contrapondo sua vertente economicista, determinista e essencialista. Articulou diferentes correntes em uma abordagem pós-estrutural (Derrida e Foucault); além de contribuições da filosofia pós-analítica (Wittgenstein e Rorty), juntamente com noções da psicanálise (Freud e Lacan).

Em 2007, na Escola de Essex, foi publicada a obra de Jason Glynos e David Howarth - “Lógicas de Explicação Crítica na Teoria Social e Política”. Ela representa a primeira exposição sistematizada de indicativos metodológicos da Teoria do Discurso.

Em suma, as lógicas buscam explicar a instituição (lógicas sociais), a contestação (lógicas políticas) e a sedimentação (lógicas fantasmáticas) de práticas e regimes sociais e nos fornecem os meios para recuperar as opções que foram excluídas ou bloqueadas em sua constituição. Exploram a maneira como as várias forças excluídas constitutivamente na construção de qualquer identidade a tornam vulnerável a serem subvertidas e, eventualmente, transformadas. Trata-se de um enquadramento ontológico por si só histórico e maximamente contingente e contestável.

No intuito de refletir sobre a sustentação/sedimentação da militarização escolar, focamos na lógica da fantasia (Glynos; Howarth, 2007) e consideramos como a movimentação psíquica disseminada em diferentes espaços informa a dinâmica política que deu origem e sustenta uma ampla gama de discursos em prol da militarização escolar. Além disso, tratamos o modo de engajamento nessa luta política, na medida em que tais discursos ganharam e continuam ganhando a aderência dos sujeitos e acendendo seus desejos em um nível ontológico.

A militarização articulou demandas. Essas são caracterizadas por Laclau (2013) como agenciamentos e expectativas que, uma vez não acatadas, podem se transformar em reivindicações em defesa das quais variados grupos se unem em uma luta política.

Nessa perspectiva, a fantasia aqui tratada não se opõe à realidade, mas ajuda a constitui-la: ela molda os desejos dos sujeitos e estrutura seus investimentos afetivos em uma ampla gama de discursos e práticas organizacionais (Glynos, 2021).

Com Borges e Lopes (2021), ponderamos ainda que os investimentos afetivos devem ser considerados como mais uma dimensão na produção das políticas educacionais em sua condição constitutiva, uma vez que, por meio deles, práticas sociais e lutas políticas vêm sendo fixadas. Nesse sentido, de acordo com Glynos (2008), a fantasia refere-se a "uma estrutura narrativa envolvendo alguma referência a um cenário idealizado que promete uma plenitude ou totalidade imaginária (o lado beatífico da fantasia) e, por implicação, um cenário de desastre (o lado horrível da fantasia)" (p. 283). Assim, a lógica da fantasia fornece os recursos para compreendermos a motivação

subjacente às ações que sedimentam práticas discursivas. Utilizando o conceito lacaniano de fantasia, os autores explicam o porquê e o como da organização do prazer do indivíduo em determinada identidade (Glynos; Howarth, 2007).

Argumentamos que a formulação do problema enfrentado na educação vem definindo os termos do debate pela nova direita, que projeta e propõe possíveis soluções políticas. Nesse sentido, os indivíduos parecem estar apegados a uma fantasia que trata a escola cívico-militar como uma espécie de “panaceia”, prometendo solucionar os problemas atualmente enfrentados na educação pública.

“A educação ganhou reforço”, lema do Pecim, e sob slogans como: “Educar com civismo é plantar o futuro do Brasil”; “A fórmula para moldar o futuro”; “Com disciplina, nossas crianças constroem um país melhor!” (Abemil); “Escolas cívico-militares, a solução para o futuro de nossos jovens” (Frente Parlamentar em defesa das escolas cívico-militares); entre outros, os adeptos da militarização escolar vêm crescendo e se sedimentando.

Desde que surgiu, o discurso fantasmático em torno da militarização escolar tem sido abordado por meio da exposição de casos de violência nas escolas, bem como em demonstrações de dados de resultados de desempenho das escolas militares.

Já existem estudos que apontam que as escolas militarizadas não são mais seguras, mas alargam violações de direitos e violências. Têm também diversas denúncias de situações de assédios moral e sexual e abusos físicos e psicológicos contra estudantes praticados por agentes militares. Segundo Rios (2022), no Distrito Federal, em 2019, um policial foi acusado de assediar uma estudante, enquanto outro imobilizou violentamente um aluno durante uma confusão e, em 2021, houve relatos de censura a trabalhos sobre violência policial e agressividade contra alunos que debatiam temas sensíveis. Apesar das denúncias, a apuração e responsabilização dos agentes foram negligenciadas.

No entanto, a fantasia de que a militarização escolar será capaz de resolver esses problemas proporciona uma imagem de plenitude, totalidade, salvação ou harmonia, ao mesmo tempo que situa ameaças e obstáculos à realização dessa plenitude em outro lado – o inimigo, a ser combatido como causa do horror social.

A partir das considerações de Glynos (2008), podemos identificar a imagem da fantasia da militarização a partir de quatro elementos:

a) *sistema de crenças*

Trata-se de suposições existenciais sobre o nosso mundo, associadas ao sistema de crenças fundamentais do sujeito – crenças que se tomam como garantidas. O sistema de crenças do movimento em prol da militarização defende a ideia de que a educação nos moldes atuais (sem disciplina e sem hierarquia) não está sendo capaz de promover a qualidade educacional, conforme demonstrado pelos sistemas de avaliação em larga escala. A crença de que a militarização das escolas pode corrigir esses problemas reflete a confiança de seus apoiadores de que uma organização mais rígida e autoritária pode melhorar os resultados educacionais. No discurso de inauguração do Pecim, em 2019, Bolsonaro argumenta: “[...] E por que a tendência nessas escolas militarizadas é dar certo? Sem querer desmerecer ou dizer que as outras não dão certo, também dão certo, mas uma taxa muito maior nas militarizadas. Por quê? Tem disciplina”.

As escolas cívico-militares são uma opção adicional no roteiro do ensino público para criar um ambiente com mais segurança, onde os pais vão ter um conforto e a gente possa desenvolver o civismo, cantar o hino nacional e fazer com que **a disciplina ajude a ser um vetor da melhoria da qualidade de ensino** (Governador, 2024).

Os resultados alcançados são fantásticos, e as comunidades estão extremamente satisfeitas. As demandas por novas migrações para o modelo cívico-militar não param de crescer. Jamais houve uma comunidade que tenha rejeitado o modelo. Em média, essas consultas têm a aprovação de 90% dos votantes. Os relatos dos prefeitos e diretores são de que, **em menos de três meses, a realidade dessas escolas começa a ser transformada** (Delegado Zucco, 2024)⁶.

b) *ideal*

Em relação ao ideal, esta dimensão da fantasia anima as esperanças e aspirações do sujeito, muitas vezes projetadas em um futuro não especificado. No caso da militarização, o ideal expresso é a criação de uma sociedade sem dependências de programas sociais. O ex-presidente Bolsonaro sugere que, para que os alunos cresçam e se tornem cidadãos produtivos, a educação precisa ser rigorosa e formar pessoas capazes, não dependentes. Ele propaga a militarização como um meio para alcançar esse ideal de sucesso dos estudantes por meio de uma educação disciplinar. No evento de instalação da Frente Parlamentar em defesa das escolas cívico-militares, Bolsonaro anuncia:

A Frente Parlamentar agora mergulha de fato para mudar o nosso país pela educação. O objetivo é que vocês (alunos) progridam e não vivam na dependência do Estado. **Isso se alcança não é atacando quem tem recursos, mas dando meio para vocês produzirem.** O caminho para isso é uma escola de qualidade. Vocês vão ocupar os próximos lugares no futuro, pois estão tendo uma oportunidade de fato de aprender muita coisa. Vocês vão vencer na vida”⁷.

c) *obstáculos*

Por outro lado, existe uma imagem fantasmática em torno da escola cívico-militar e uma narrativa que envolve uma ameaça, um obstáculo expresso em um sujeito encarnado, por exemplo, um vilão particular que no caso, é a esquerda, o PT. Esses impedem a realização do estado ideal:

A esquerda mais uma vez tenta acabar com as escolas cívico-militares em São Paulo. Mas fiquem tranquilos, o processo que já está em andamento em todo estado irá continuar e as escolas cívico-militares serão realidade [...]. A consulta pública vai dizer se a comunidade vai poder falar se quer ou não quer. E entre a gente aqui, esse é o grande medo da esquerda é porque em pouco tempo vai estar explícito a quantidade de pais e mães que querem o programa. Em um levantamento preliminar, 80% dos pais querem (Tenente Coimbra, 2024)⁸.

Assim, tendo em vista os resultados positivos decorrentes da implementação desse modelo educacional é que estamos sugerindo ao Poder Executivo Municipal a criação de Escolas Cívico-militares em âmbito municipal, pois não podemos ficar à mercê de um Executivo Nacional que revoga um tipo educacional que está dando certo por **questões ideológicas** (Tenente Coimbra, 2024)⁹.

O ex-presidente apresentou as escolas cívico-militares como um **contraponto a escolhas que ele chamou de "depósito de filhos que vão ser doutrinados para aprender aquilo que os pais não querem"**. Ele ainda fez uma provocação. "Aqueles outros que são contra isso eu lanço o desafio: bota essa garotada em uma sala e outra garotada que tem toda a liberdade em sala de aula, que não tem noção de hierarquia. Faça a prova para os dois grupos tenho a certeza que vocês terão a nota 50% maior que o outro lado (Curvello, 2023).

d) *figura heroica*

Já a figura heroica, diz respeito menos ao seu conteúdo e mais ao seu status de fiador, que sustenta ("garante") nossas suposições existenciais e é responsável por nosso destino, incluindo a realização de nossos ideais.

Passando aqui para tranquilizar toda a nossa comunidade escolar — pais, alunos, professores e profissionais da educação — quanto à manutenção das Escolas Cívico Militares, o nosso estado tem longa tradição na formação militar do país. É uma vocação! Vamos manter essas escolas já existentes. Nossa estratégia é ainda ampliá-las, já que elas se enquadram como escolas vocacionais e estão no escopo do novo ensino médio. Vamos em frente! (Alves, 2023).

Juntos, esses elementos que se reforçam mutuamente são responsáveis pelos exercícios de fantasia de aderência sobre os sujeitos.

Em relação ao modo de envolvimento de um sujeito com a luta política, Glynos e Howarth (2007) afirmam que esse pode ser ideológico ou ético. Com o movimento da militarização, nota-se um modo de engajamento ideológico por meio do excesso de investimento. É possível identificar o quanto os sujeitos estão envolvidos por seu conteúdo sem serem, muitas das vezes, capazes de reconhecerem sua própria posição contingente no discurso e cultivar uma sensibilidade aberta em relação a ordens sociais alternativas sem uma base ou garantia final. Nesse sentido, a militarização opera de modo a ocultar ou “bloquear” a contingência radical das relações sociais através de uma lógica ou narrativa fantasmática que promete uma plenitude por vir, uma vez que o obstáculo ideológico da esquerda for superado.

O papel que a fantasia desempenha na sustentação do apoio às escolas cívico-militares nos mostra a ideia de que nossa ordem social repousa sobre fundamentos radicalmente contingentes. Isso significa que diferentes ordens sociais podem emergir por meio de transformação e/ou rearticulações imaginativas (Glynos, 2021). Isto é, a realização da ordem social pode ser diferente.

Sendo assim, a fantasia tratada neste texto, não é exclusivamente um escoamento da realidade, mas uma forma de engajamento crítico com ela. No entanto, na medida em que contestamos algo em nome de um princípio ou ideal, devemos estar envolvidos numa luta hegemônica informados por um *ethos democrático radical* (Glynos, Howarth, 2007).

As fantasias, portanto, revelam o “não dito” que permeia as aspirações individuais e coletivas, destacando a falta, a ausência e as carências que caracterizam a experiência humana. Agem como uma ponte entre a realidade e nossos desejos, permitindo que as pessoas visualizem possibilidades que, em um sentido mais restrito, poderiam parecer inatingíveis. O desejo é muitas vezes governado por uma lógica que excede a realidade imediata das condições materiais.

A lógica da fantasia nos permite, portanto, compreender como os discursos em defesa das escolas cívico-militares operam mobilizando crenças, ideais, obstáculos e figuras heroicas e oferecendo aos sujeitos uma promessa de plenitude educacional e social. No entanto, essa mesma lógica fantasmática também atua como um recurso estratégico de ocultamento da contingência e da disputa que permeiam as políticas educacionais, sobretudo no campo do currículo.

Nesse sentido, ao projetar a escola cívico-militar como solução idealizada para os “males” da educação pública, os discursos em torno da militarização esvaziam o debate curricular de sua dimensão política e histórica. A promessa de ordem, disciplina, segurança e resultados escolares elevados contribui para a sedimentação de uma política curricular conservadora, que se apresenta como técnica, neutra e despolitizada — quando, na verdade, está profundamente ancorada em valores e interesses ideológicos específicos.

4 DISPUTAS PELA SIGNIFICAÇÃO DE UMA POLÍTICA CURRICULAR CONSERVADORA

Nas Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2021), documento de 190 páginas constam: a) Regulamento das Escolas Cívico-Militares; b) Projeto Político-Pedagógico; c) Projeto Valores; d) Normas de Apoio Pedagógico; e) Normas de Avaliação Educacional; f) Normas de Psicopedagogia Escolar; g) Normas de Supervisão Escolar; h) Normas de Conduta e Atitudes; i) Normas de Uso de Uniforme e Apresentação Pessoal dos Alunos; j) Normas de Gestão Administrativa; e k) Cartilha para os Responsáveis.

As escolas que aderiram ao Pecim, precisaram cumprir tais diretrizes e sua regulação se dá pelo processo de certificação e classificação das escolas, conforme comentado anteriormente. A partir de tal normatização e ordenamento, esses documentos buscaram estancar o processo político na tentativa de garantir uma padronização para as escolas e fortalecer a lógica do currículo como prescrição.

Desejamos que a **aplicação destas Diretrizes** possa repercutir na melhoria dos resultados educacionais nacionais e que nossos estudantes, professores e gestores tenham um ambiente profícuo para o desenvolvimento da equidade da educação tão almejada pelo Brasil (Brasil, 2021, p. 5).

A Teoria do Discurso e sua incorporação nas pesquisas em educação, especialmente no campo do currículo (Lopes e Macedo, 2011), nos permitem pensar as

disputas curriculares como um processo de articulação em torno do poder de significar e produzir sentidos.

Na perspectiva discursiva, procuramos escapar do predomínio de uma lógica binária (entre as posturas ditas conservadoras e as progressistas) e das aspirações de representação que tomam a realidade como um dado objetivo e transparente. Consideramos outras possibilidades de se pensar e fazer as políticas de currículo. As políticas curriculares, como práticas discursivas, são compreendidas para além de normas a serem implementadas e questionam a lógica centralizadora do currículo, o currículo comum suposto como universal e os vínculos entre qualidade da educação e avaliações centradas nos resultados. Além disso, problematizam-se as perspectivas curriculares que enfatizam a separação entre concepção e implementação de políticas, bem como as concepções de currículo como guia para a prática ou ainda como instrumento que reproduz relações de poder do âmbito social para outros âmbitos, tal como o educativo (Lopes, 2015).

Ao discutir o jogo das disputas pela significação do currículo das escolas cívico-militares, identificamos, nos documentos, a tentativa de se difundir uma pseudo-neutralidade educacional e instrumentalidade do conhecimento na medida em que propõem a fragmentação entre educação/ensino. Como já apresentado em trabalho anterior (Cunha e Lopes, 2022), a gestão dos processos educacionais – que passa para as mãos dos militares – é responsável pela promoção de atividades destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, enquanto a gestão didático-pedagógica – que fica a cargo dos professores – refere-se à promoção de atividades de ensino-aprendizagem (Brasil, 2021, p. 4).

Além disso, “a militarização está associada ao movimento antipolítica [...] que busca se antagonizar com o que vem sendo denominado ‘marxismo cultural’” (Lopes, 2019, p. 2) e a uma lógica produtivista e eficientista assumida pela educação brasileira nos últimos anos, que se sustenta pelo discurso de que a melhoria da qualidade da educação básica no país não está sendo produzida por falta de uma boa gestão. O modelo cívico-militar promete uma “gestão de excelência” (Brasil, 2021, p. 4), alinhando-se diretamente à racionalidade gerencialista que vem orientando as políticas educacionais, especialmente com o uso intensivo de instrumentos como avaliações padronizadas,

ranqueamentos e metas de desempenho. Essa promessa de excelência opera como um significante poderoso que legitima práticas de controle e padronização, reforçando a lógica performativa que valoriza resultados quantificáveis em detrimento de processos formativos mais amplos e contextualizados. Assim, ao associar autoridade, disciplina e hierarquia militar à ideia de eficiência educacional, o modelo cívico-militar consolida uma concepção tecnocrática de qualidade, que obscurece as dimensões culturais, sociais e políticas inerentes à educação pública em contextos democráticos.

A disputa por essa significação encontra ainda ressonância em demandas de amplos segmentos da sociedade que se sentem ameaçados por um currículo aberto à diversidade e aos direitos humanos de forma expandida. Reflete o avanço de políticas curriculares conservadoras que vêm advogando em favor do retorno a uma tradição e construindo uma visão romântica do passado, em que as comunidades eram estáveis e onde residiria a moralidade e o “verdadeiro” saber (Apple, 2003).

Estudos já mostram (Mendonça, 2019; Flor do Nascimento, 2019) o quanto as escolas militarizadas reforçam os estereótipos que limitam a liberdade dos indivíduos, coíbem a expressão da diversidade de gênero e sexualidade e impõem padrões estéticos que reforçam o racismo estrutural.

A demanda da política curricular da militarização em relação às demais pautas conservadoras da educação, como a “escola sem partido”; “homeschooling”, é que ela tenta garantir que a escola ensine não apenas “conhecimentos de um currículo convencional” (Brasil, 2021), mas também valores morais e cívicos aos alunos. Nesse sentido, indica uma disputa disciplinar, a fim de que uma formação de consciência patriótica seja alcançada.

Vejamos como é defendido:

O papel dos monitores (militares) passa a ter ainda mais importância **diante da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, de 2017, que **orienta os currículos para uma educação integral, que contempla outras dimensões do desenvolvimento humano, além da intelectual.** [...] O objetivo dos monitores é contribuir, especialmente, na formação ética, afetiva, social e simbólica, com palestras, bate papos, relatos de experiências vividas, exigência do cumprimento das normas escolares, orientações e retiradas de dúvidas dos alunos sobre diferentes assuntos, motivação para a vida profissional e desenvolvimento de valores como honestidade, responsabilidade, respeito etc. (Brasil, 2021, p. 83).

No modelo proposto pelo Pecim, uma das frentes de atuação dos monitores (militares) no ensino se dá via Projeto Valores:

[...] é desejável que seja destinada **ao menos uma hora-aula semanal de cada turma para o Projeto Valores**, a ser conduzido pelo **Corpo Docente e/ou pelo Corpo de Monitores** sob a orientação da Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica); – definição dos **valores a serem trabalhados no planejamento deverá atender ao PPP e ao currículo da escola**, tendo a BNCC como referência. No Apêndice C, são sugeridos exemplos de valores que podem ser trabalhados na escola; e – ao final de cada período, deverá ser elaborado, sob a responsabilidade da Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) um relatório sobre o desenvolvimento do Projeto e sua avaliação (Brasil, 2021, p. 79).

No art. 19 do documento do Programa Estadual de São Paulo, por exemplo, o Projeto Valores é ainda ampliado e nomeado como **disciplina extracurricular Projeto Valores**. Segundo o Documento, “a atividade extracurricular deverá ser operacionalizada pelo (a) monitor (a) cívico-militar e terá carga horária semanal de duas horas-aula por turma”.

Em recente levantamento feito por Amaral e Castro (2020), entre os anos de 2007-2019, nove projetos de leis estavam em andamento com a proposição de incluir no currículo o ensino de Moral e Cívica reforçando a ideia de que o movimento neoconservador atualiza, no campo educacional, o discurso educacional do regime militar, sugerindo que os padrões de comportamento social deveriam ser combatidos “pelo ensino da Moral e do Civismo”.

Vale lembrar que tal disciplina, criada pela Lei 869/1969, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) compunha um conjunto de disciplinas obrigatórias e visava formar o caráter dos alunos com base no Regime Militar e nos princípios conservadores. Em 1993, após a promulgação da Lei n. 8.663 (Brasil, 1993), que revogou o referido decreto, a EMC foi oficialmente retirada do currículo das escolas brasileiras, fator que como estamos assistindo de forma explícita com a militarização das escolas, não significou o abandono de suas premissas.

A lógica da fantasia, como delineada por Glynos e Howarth (2007), não apenas configura os investimentos afetivos que sustentam o apoio às escolas cívico-militares, como também informa as disputas pela significação do currículo nesses espaços. Nesse sentido, o currículo das escolas cívico-militares não pode ser compreendido apenas como

uma prescrição técnica ou normativa, mas como uma materialização discursiva de promessas fantasmáticas — de segurança, ordem, sucesso e redenção nacional — que mobilizam sujeitos e moldam suas expectativas educacionais. A produção e regulação curricular nesses modelos escolares, conforme indicado nas Diretrizes do Pecim (Brasil, 2021), opera sob o desejo de plenitude e controle, esvaziando as contingências próprias da educação democrática, ao mesmo tempo em que tenta neutralizar as disputas políticas e ideológicas que atravessam o campo educacional. Dessa forma, o currículo torna-se o palco privilegiado da fantasia, onde se projeta a promessa de um futuro idealizado e se localiza o inimigo a ser combatido – seja ele o "marxismo cultural", os movimentos progressistas ou as pedagogias críticas. Portanto, ao analisarmos o currículo das escolas cívico-militares, é fundamental compreendê-lo como produto e veículo de fantasias políticas, que buscam estabilizar sentidos e bloquear alternativas através de uma narrativa de salvação baseada na disciplina, hierarquia e desempenho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos no texto que os deslocamentos provocados pelas reivindicações da “extrema-direita”, que emergiram nos últimos anos, favoreceram a constituição de novas identidades políticas na educação em função das demandas conservadoras mobilizadas. Consideramos as contribuições da perspectiva pós-estruturalista para pesquisar o avanço desses novos jogos políticos na educação e como a lógica da fantasia dispõe de recursos analíticos que nos ajudam a explorar a constituição política e a dissolução das identidades sociais, ao considerar a dinâmica da subjetividade humana.

Mostramos como os apoiadores da militarização atuam disputando a pauta educativa e sua materialização por meio de discursos fantasmáticos que engajam significativamente os sujeitos, que acreditam que o modelo cívico-militar resolverá o problema da falta de qualidade da educação pública, garantirá o aprendizado dos estudantes ou promoverá maior segurança para as escolas.

A militarização da escola pública, portanto, foi tratada no texto como uma construção discursiva produzida em operações provisórias da luta política, que se constitui em virtude das demandas particulares mobilizadas e que, uma vez articuladas, são capazes de formar diferentes contextos.

Diante desse cenário, consideramos urgente a necessidade de criar condições para uma análise crítica da conjuntura atual, que nos permita repensar nossas estratégias de luta política no interior da escola pública. Isso implica não apenas resistir aos avanços conservadores, mas também construir formas concretas — e não meramente pragmáticas — de intervenção pedagógica e curricular que reconheçam o caráter político da educação e afirmem o compromisso com a justiça social, a pluralidade e a democracia.

REFERÊNCIAS

ABEMIL. Associação Brasileira de Educação Militar. **Educar para o Futuro com Disciplina e Cidadania**, s.d. Disponível em: <https://abemil.org.br/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ALVES, Altair. Cláudio Castro e Eduardo Paes afirmam que irão manter escolas cívico-militares no RJ. **Diário do Rio**, 13 de julho de 2023. Disponível em: <https://diariodorio.com/claudio-castro-e-eduardo-paes-afirmam-que-irao-manter-escolas-civico-militares-no-rj/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

AMARAL, Daniela Patti do; CASTRO, Marcela Moraes de. Educação moral e cívica: a retomada da obrigação pela agenda conservadora. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 178, p. 1078–1096, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147129>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ANDES. **Projeto do Capital para a Educação: Análise e ações para a luta**. v. III. Brasília, jan. 2020.

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

ARTICULAÇÃO CONTRA O ULTRACONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO. Relatório Paralelo sobre a situação de crescente militarização da Educação Básica, perseguição sistemática a educadores e educadoras e censura às temáticas de direitos humanos nas escolas do Brasil. 74º Período de Sessões do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/biblioteca/carta-aberta-em-defesa-dos-educadores-e-educadoras-de-goias/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Brasília: Presidência da República, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993**. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1993]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8663.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das escolas cívico-militares. Brasília: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das Escolas Cívico-militares**. Brasília: Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das Escolas Cívico-militares**. 2. ed. Brasília: Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2023a.

BRASIL. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2023b.

BRASIL. Senado. **Projeto de lei nº 3.568, de 2023**. Promover o fomento e o fortalecimento às Escolas Cívico-Militar - Ecim. 2023c.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CUNHA, Viviane; LOPES, Alice. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educação & Sociedade**, v. 43, e258252, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.258252>. Acesso em: 20 out. 2024.

CURVELLO, Ana Carolina. Bolsonaro e Tarcísio participam do lançamento da Frente em defesa das Escolas Cívico-Militares. **Gazeta do Povo**, 06 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bolsonaro-e-tarcisio-participam-do-lancamento-da-frente-em-defesa-das-escolas-civico-militares/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

FÁBIA ALVES, Miriam, SANTOS, Catarina de Almeida, & BORDIN, Marcelo. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos Da Escola**, v. 17, n. 37, p. 41-60, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v17i37>. Acesso em: 15 out. 2024.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Militarização, violência e racismo: faces do mesmo. **Politizando**, Brasília, v. 32, 2019, p. 4-5. Disponível em: https://www.academia.edu/44992844/Militariza%C3%A7%C3%A3o_Viol%C3%Aancia_e_Racismo_Faces_do_Mesmo. Acesso em: 15 out. 2024.

GOVERNADOR sanciona lei que institui escolas cívico-militares em SP. Governo de São Paulo. **Do Portal do Governo**, São Paulo, 27 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governador-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London: Routledge, 2007.

GLYNOS, Jason. Ideological Fantasy at Work. **Journal of Political Ideologies**, v. 13, n. 3, p. 275-296. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569310802376961>. Acesso em: 11 nov. 2024.

GLYNOS, Jason. Critical fantasy studies. **Journal of Language and Politics**, v. 20, n. 1, p. 95-11. 2021. Disponível em: [https://repository.essex.ac.uk/29347/1/Glynos,%20J.%20\(2021\)%20Critical%20Fantasy%20Studies%20-%20Pre-proof%20Version%20-%202020-11-16%20-%20FINAL%20-%20circulation.pdf](https://repository.essex.ac.uk/29347/1/Glynos,%20J.%20(2021)%20Critical%20Fantasy%20Studies%20-%20Pre-proof%20Version%20-%202020-11-16%20-%20FINAL%20-%20circulation.pdf). Acesso em: 11 nov. 2024.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, v. 21, p. 445-466, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193542556011.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

LOPES, Alice. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 27, p. 109-129, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4881>. Acesso em: 17 out. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Cultura E Política: implicações para o Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 5-10, 2009. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/nota-introdutoria.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Apresentação: Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. **Roteiro**, v. 46, p. e27181, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27181>. Acesso em: 17 out. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação**. Recife: UFPE, 2018.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 507-524, 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, Gilson; OLIVEIRA, Cecília Leite (orgs.). **O programa nacional das escolas cívico-militares**: da concepção do Modelo aos primeiros resultados. Relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Ibict; Unb; MEC, 2022.

OLIVEIRA, Verônica; LOPES, Alice Casimiro. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 114-135, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8939>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PAULO, Ton. Caiado sobre encerramento de programa de escolas cívico-militares: “Não muda nada”. **Jornal Opção**, 13 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/caiado-sobre-encerramento-de-programa-de-escolas-civico-militares-nao-muda-nada-508541>. Acesso em: 05 nov. 2024

PARANÁ. **Lei Estadual nº 21327, de 20 de dezembro de 2022**. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Governo do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=278623&codItemAto=1768093#1768093>. Acesso em: 04 nov. 2024

PESSOA, Scheila. “Não se pode colocar ideologia dentro do ensino”, diz Ratinho Jr sobre fim do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. **CBN**, 13 de julho de 2023. Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/nao-se-pode-colocar-ideologia-dentro-do-ensino-diz-ratinho-jr-sobre-fim-do-programa-nacional-de-escolas-civico-militares/>. Acesso em: 03 out. 2024

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. **Le Monde Brasil Diplomatique**, ed. 134, 31 ago. 2018. Educação. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/A-MILITARIZACAO-DAS-ESCOLAS-PUBLICAS>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIOS, Alan. DF: nenhum PM foi punido em denúncias de abusos nas escolas militarizadas. **Metrópoles**, 18 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-nenhum-pm-foi-punido-em-denuncias-de-abusos-nas-escolas-militarizadas>. Acesso em: 10. nov. 2024

SANTOS, Ray. Frente terá plano de expansão das escolas cívico-militares em estados e municípios. **Jornal dia dia**, 16 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://jornaldiadia.com.br/frente-tera-plano-de-expansao-das-escolas-civico-militares-em-estados-e-municipios>. Acesso em: 12. nov. 2024

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábila; XIMENES, Salomão Barros. A expansão da militarização da educação básica no Brasil: continuidades, omissões e

resistências. **Revista Cocar**, n. 27, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9096>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SÃO PAULO. **Lei complementar n. 1.398/2024**. Institui o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Governo de São Paulo. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2024/lei.complementar-1398-28.05.2024.html>. Acesso em: 06 nov. 2024

SÃO PAULO. **Resolução conjunta SEDUC/SSP, n.1, de 20 de junho de 2024**. Regulamenta a implementação do Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria da Educação e da Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências.

NOTAS:

¹ <https://x.com/tarcisiogdf/status/1679268071523905536>. (@tarcisiogdf). “Fui aluno de Colégio Militar e sei da importância (...)”.

² Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, altera dispositivos da Lei nº 19.130, de 25 de setembro de 2017, revoga parcialmente a Lei nº 20.338, de 6 de outubro de 2020, e dá outras providências.

³ <https://atenacivicomilitar.com.br>.

⁴ <https://defendapm.org.br/>.

⁵ Desconstrução – A Teoria do Discurso propõe uma crítica ao marxismo clássico que se centra na desconstrução de seu essencialismo, especialmente no que se refere à ideia de que a estrutura econômica determina, de forma última, todas as relações sociais e políticas. Nesse sentido, a desconstrução que operam não visa “negar” o marxismo, mas repolitizá-lo, reinscrevendo-o no terreno da hegemonia, onde as lutas são abertas, simbólicas, afetivas e discursivas.

⁶ <https://x.com/DelegadoZucco/status/1844492058305888729>. (@delegado.zucco). “As Escolas Cívico-Militares utilizam uma rígida disciplina e estrutura (...)”.

⁷ Discurso disponível em: <https://www.thiagomanzoni.com.br/post/escolas-civico-militares-manzoni-participa-da-instalacao-da-frente-parlamentar-mista>. “Manzoni participa da instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Escolas Cívico-Militares”.

⁸ <https://www.instagram.com/p/C-YWnq9R3KK> / (@tenente_coimbra). “A Esquerda mais uma vez tenta acabar com as escolas cívico-militares em São Paulo”.

⁹ <https://www.instagram.com/p/C-YWnq9R3KK> / (@tenente_coimbra). “A Esquerda mais uma vez tenta acabar com as escolas cívico-militares em São Paulo”.

Recebido em: 15/12/2024

Aprovado em: 02/06/2025

Publicado em: 08/07/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.